



Plano Plurianual 2024-2027

Ministério do Meio ambiente e Mudança do
Clima – MMA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA





Visão de Futuro 2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

EIXO 1

Desenvolvimento social e garantia de direitos

EIXO 2

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

EIXO 3

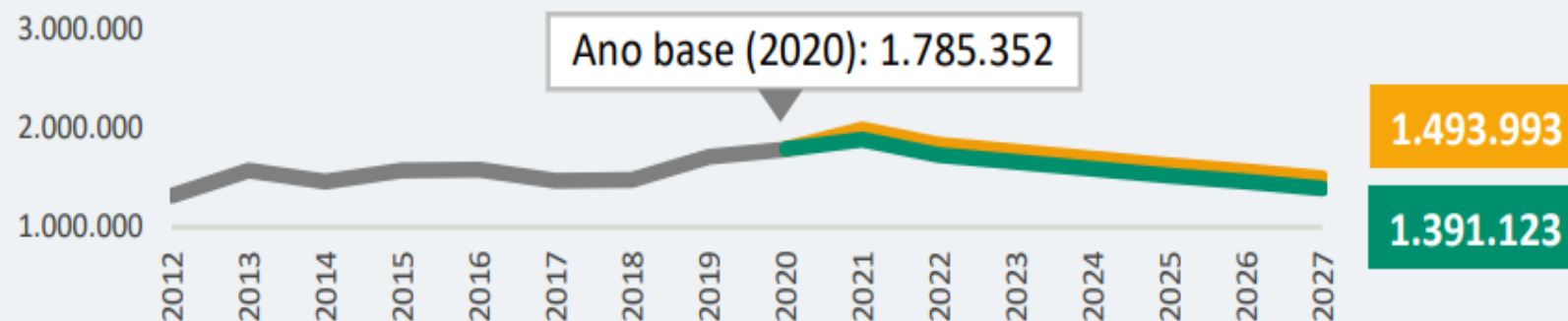
Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Indicadores-chave nacionais e metas

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil (Gg)

Fonte: Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene).

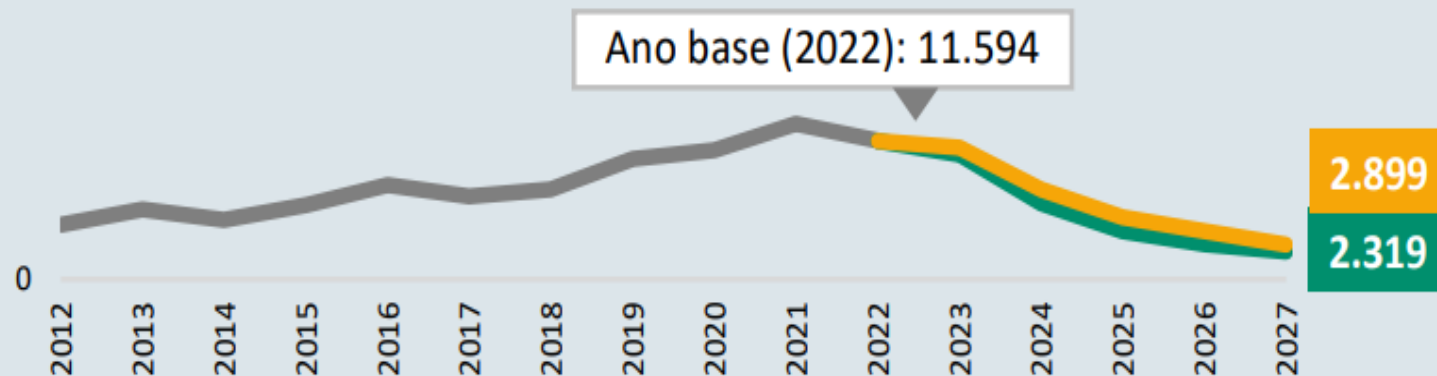
Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.



Desmatamento anual no bioma Amazônia (em Km²)

Fonte: Portal TerraBrasilis/Inpe

Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.



Prioridades e Agendas Transversais

Prioridades do governo



1
Combate à fome e redução
das desigualdades



2
Educação básica



3
Saúde: atenção primária
e especializada



4
Neoindustrialização, trabalho,
emprego e renda



5
Novo Programa de Aceleração
do Crescimento (PAC)



6
Combate ao desmatamento e
enfrentamento da emergência climática

Agendas Transversais



Participação social na elaboração do PPA



Contribuições na Plataforma Brasil Participativo

Programas do PPA mais votados

1. Enfrentamento da emergência climática | 20.534
2. Atenção primária à saúde | 20.427
3. Atenção especializada à saúde | 18.786
4. Promoção do trabalho digno, emprego e renda | 16.316
5. Turismo, esse é o destino | 15.246

Propostas mais votadas por tema

1. Saúde | 360.740 votos e 1.225 propostas
2. Justiça e segurança pública | 193.828 votos e 322 propostas
3. Educação | 190.654 votos e 1.225 propostas
4. Direitos humanos e cidadania | 79.509 votos e 511 propostas
5. Desenvolvimento, indústria, comércio e serviços | 69.822 votos e 115 propostas

Programas do PPA coordenados pelo MMA

| PROGRAMA | OBJETIVO GERAL | PLOA 2024 (R\$) |
|---|--|-----------------------|
| Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios | Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeiras e marinhas, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais. | 809.370.915 |
| Enfrentamento da emergência climática | Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono. | 10.439.054.919 |
| Qualidade ambiental nas cidades e no campo | Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo. | 29.101.185 |
| Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade | Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados. | 809.370.915 |

Proteção e
recuperação da
biodiversidade e
combate ao
desmatamento e
incêndios



OBJETIVO GERAL

Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeiras e marinhas, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios



PLOA 2024 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| | |
|---|--------------------|
| 2E87 - Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais | 1.800.000 |
| 20W2 - Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca | 5.000.000 |
| 21F3 - Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas | 5.979.466 |
| 21F4 - Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial | 4.852.805 |
| 21F5 - Gestão de Florestas | 28.050.000 |
| 214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias | 65.700.000 |
| 214N - Controle e Fiscalização Ambiental | 317.850.000 |
| 214O - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental | 24.000.000 |
| 218R - Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental | 4.500.000 |
| 20WK - Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira | 2.800.000 |
| 219K - Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro | 5.910.000 |
| 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais | 219.628.643 |
| 20WN - Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico | 9.600.001 |
| 212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) | 1.000.000 |
| 214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais | 112.700.000 |
| | 809.370.915 |

Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.

Reduzir o desmatamento do país em 20% anualmente



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Ampliar para 15 o número de estados elegíveis para captação de recursos de REDD+
 - ✓ Alertas de desmatamento dos sistemas de detecção oficiais 100% classificados por nível de prioridade para a fiscalização.
- ✓ Elaborar 12 mapas preditivos mensais de risco de degradação e desmatamento nos biomas.
 - ✓ Ampliar para 17.000 o número de dias de campo em ação de fiscalização
- ✓ Ampliar para 750 ações anuais de fiscalização ambiental em terras indígenas.
- ✓ Embargar áreas de competência federal desmatada ilegalmente no bioma Amazônia.
 - ✓ Instaurar 4.500 processos administrativos por infrações contra flora nos biomas
- ✓ Soluções SICAR implantadas para monitoramento, redução e/ou eliminação de registros no (CAR) incidentes em terras públicas.
- ✓ Monitorar, avaliar e atualizar 6 planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros

Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa.

Combater os incêndios florestais e realizar ações de capacitação e educação ambiental no âmbito do manejo integrado do fogo em 215 mil km²



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Implementar o Programa de Brigadas Federais, com o crescimento constante do número de brigadistas a serem contratados.
 - ✓ Sistematizar 66% dados relacionados a incêndios florestais e manejo integrado do fogo, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SISNAMA.
- ✓ Ampliar para 400 mil a área Manejada com fogo para fins de Conservação da Biodiversidade.
 - ✓ Ampliar 2.8000 ações de conscientização, orientação e educação ambiental realizadas pelo Prevfogo/Ibama.

Conservar as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção.

Ampliar para 1.890 o número de espécies da fauna/flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação ou outros instrumentos para conservação.



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Reabilitar e devolver 58% dos animais silvestres à natureza por meio dos Centros de Triagem de Animais Silvestres federais ou estaduais em regime de cooperação técnica.
 - ✓ Avaliar o estado de conservação de 11.821 espécies da flora nativa.
- ✓ Ampliar para 890 as espécies da flora brasileira oficialmente ameaçadas de extinção contempladas em Planos de Ação Nacional (PANs) para a conservação e recuperação.
- ✓ Ampliar 30 o número de jardins botânicos assessorados.
- ✓ Avaliar o risco de extinção de 1.500 espécies da fauna brasileira.
 - ✓ Ampliar e reformar 06 Unidades CETAS federais para receber, triar, reabilitar e promover a soltura de espécimes da fauna silvestre resgatados do tráfico e/ou entregues.
- ✓ Avaliação de risco ambiental aperfeiçoada, com maior efetividade no controle de agrotóxicos para reduzir o impacto no meio ambiente.
- ✓ Elaborar e publicar lista de espécies florestais brasileiras.

Promover a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros.

Promover a recuperação de 1.500.000 ha de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Ampliar em 2.000 ha de área verdes urbanas em recuperação e estruturação.
 - ✓ Monitorar 100% a regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), por meio do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR).
- ✓ Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa - CONAVEG reestabelecida e em funcionamento
 - ✓ Cotas de Reserva Ambiental - CRA regulamentadas.
- ✓ Ampliar em 100.000 ha de área recuperada de concessão de florestas públicas federais degradadas.
 - ✓ Monitorar a Recuperação de 190.000 ha de áreas nos Embargos Vinculadas às Ações Civis Públicas.
 - ✓ Ampliar em 200.000 ha as área degradada em UC monitoradas, diagnosticadas e em processo de restauração inclusiva.
- ✓ Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PLANAVEG atualizado, publicado por ato normativo e em implementação.

Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.

Aumentar para 28% o
percentual do território
terrestre e marinho sob
proteção



Entregas e Medias Institucionais e Normativas (1)

- ✓ Aumentar para 3.110 o número de UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).
 - ✓ Ampliar 24% a regularização fundiária nas unidades de conservação de domínio público
- ✓ Publicar ou revisar 27 Planos de Manejo
 - ✓ Ampliar para 20.000 o n° de fiscais com participação mínima de 20 dias em ações de fiscalização.
- ✓ Manutenção e aprimoramento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC
- ✓ Ampliar para 60 o n° de UCs federais com os limites consolidados.
 - ✓ Ampliar para 605 as UCs federais com conselhos gestores ativos para ampliar a efetividade e a qualificação da participação social na gestão.
- ✓ Disponibilizar ao público 53 catálogos da flora de cada UC brasileiras.
- ✓ 70 UCs federais participantes do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade com dados validados e disponíveis à sociedade.

Entregas e Medias Institucionais e Normativas (2)

- ✓ Publicar e atualizar informações sobre espécies exóticas invasoras (listas) e vias/vetores de introdução e dispersão (planos de ação)
 - ✓ Reduzir para ZERO a área de florestas públicas federais não destinadas
- ✓ Atualização do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP
 - ✓ Aprimoramento do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe.
- ✓ Atualizar as Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira
 - ✓ Formar Mestres e Doutores Profissionais anualmente no Programa de Pós Graduação Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação.
- ✓ Programa Nacional de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida de Espécies Exóticas e Planos de prevenção, erradicação, controle e monitoramento de espécies exóticas invasoras.

Enfrentamento da emergência climática



OBJETIVO GERAL

Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Enfrentamento da emergência climática



PLOA 2024 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| | |
|---|-----------------------|
| 20VY - Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental | 5.053.874 |
| 21E4 - Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima | 4.062.244 |
| 20G4 - Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima | 4.986.243 |
| **00J4 - Financiamento Reembolsável de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima | 10.424.952.558 |
| | 10.439.054.919 |

** Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC – MMA

O Fundo Clima é vinculado ao MMA e disponibiliza recursos em duas modalidades, reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA.

Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima

Alcançar 100% das emissões nacionais de GEE cobertas por plano setoriais de mitigação



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Desenvolver Sistema de Monitoramento dos planos setoriais de mitigação e adaptação
 - ✓ Expandir % de projetos de investimento público federal e parcerias público-privadas que integram mitigação ou adaptação.
- ✓ Modelo de Governança Climática implementado e operacional
 - ✓ Reduzir em 88,50% o consumo de HCFCs (Camada de Ozônio)
- ✓ Desenvolver taxonomias de finanças sustentáveis para 100% dos setores produtivos
- ✓ Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (mercado de carbono) implementado
 - ✓ Ampliar os financiamentos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
- ✓ Nova NDC elaborada com base no Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação
- ✓ Revisão da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei 12.187/2009)

Proteger, conservar e restaurar o oceano para contribuir na manutenção da sua capacidade de regular o clima global, bem como aumentar a resiliência da zona costeira brasileira frente à mudança do clima.

Aumentar a resiliência da Zona Costeira e Marinha frente aos efeitos da mudança do clima por meio de áreas protegidas (28% da área marinha do Brasil)



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Elaborar plano de gestão do espaço marinho com base ecossistêmica para 60% da Zona Econômica Exclusiva
- ✓ E-macrod diagnóstico da zona costeira e marinha (E-MDZCM)
- ✓ Definição de metodologia científica nacional para integração das componentes verticais terrestres (altimetria) e marinha (batimetria)
- ✓ Caracterizar a vulnerabilidade frente aos efeitos da mudança do clima em pelo menos 50% dos municípios costeiros
- ✓ Guia de diretrizes para os planos diretores municipais costeiros, para a mitigação e adaptação às mudanças do clima.
- ✓ Programa Nacional para a Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos Vulneráveis à mudança do clima.

Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em Áreas Susceptíveis de Desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais

Aumentar para 21 o nº de estados prioritários com ações para implementação das políticas estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Alcançar 50 milhões de pessoas por Campanha de Combate à desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
 - ✓ Promover a recuperação e prevenção da degradação em Áreas Susceptíveis de Desertificação em 1.500 hectares
- ✓ Implementar 12 estratégias de intervenção local/regional de combate à desertificação, prevenção e recuperação dos solos implementadas.
- ✓ Apoiar 10 estados prioritários com áreas susceptíveis à desertificação com os planos estaduais atualizados em conformidade com a PNCD e UNCCD.
- ✓ Implantar 13 unidades de formação, pesquisa e inovação incorporando a temática do combate à desertificação, convivência com o semiárido e mitigação dos efeitos das secas

Incrementar a Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial para a promoção do bem viver e enfrentamento à emergência climática.

Implementar 220 iniciativas de Educação Ambiental participativa, popular e territorial



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Criar mecanismos institucionais de fortalecimento aos Centros Socioambientais, Salas Verdes e outros arranjos territoriais já existentes.
- ✓ Implementar em 170 os Centros de Educação Socioambiental nas cinco regiões do Brasil
- ✓ Formar 30.000 agentes populares, gestores, educadores e demais atores no enfrentamento das emergências climáticas.

Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações (MIDR/ANA)

100% de municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos.



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Fomentar a adoção, pelos municípios, de instrumentos de planejamento e gestão urbana e ambiental, de forma integrada as iniciativas de mitigação e adaptação à mudança do clima.
- ✓ Mapeamento da segurança hídrica na questão dos riscos das mudanças climáticas por meio do desenvolvimento da dimensão mudança climática no índice de segurança hídrica (ANA)
- ✓ Definição de gatilhos de preparação para enfrentamento da seca, em função das categorias do Monitor de Secas (ANA)
- ✓ Ampliar para 50 iniciativas de implantação e estruturação de áreas verdes urbanas de forma a contribuir para a mitigação e adaptação à mudança do clima.
- ✓ Mapeamento do novo risco de eventos extremos de precipitação (curvas IDF's) devido as mudanças climáticas para drenagem urbana dos municípios brasileiros (ANA)
- ✓ Atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e apoio às ações que visem à gestão de riscos de inundações (ANA)
- ✓ 27 Salas de Situação integradas por meio da pactuação do protocolo de integração

Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos (MCTI/INPE)

Ampliar o número de instrumentos de informações, previsões e modelos de mudanças climáticas



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Cobertura florestal natural e respectivos valores de biomassa e carbono por bioma atualizados anualmente
- ✓ Previsões numéricas de tempo, clima sazonal e ambiental operacionais para apoiar a execução e o planejamento de atividades socioeconômicas em cenário de mudança do clima (INPE)
- ✓ Pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia e oceanografia, clima e de sistemas terrestres em um cenário de mudança do clima (INPE).
- ✓ Modelo Comunitário do Sistema Terrestre Unificado (MONAN) desenvolvido e disponibilizado (INPE)
- ✓ Base de Informações Georreferenciadas desenvolvida, mantida e disponibilizada (INPE)
- ✓ Cenários de transição à sustentabilidade, convergindo com cenários globais e particularidades regionais/nacionais (INPE)
- ✓ Indicadores de Risco de Impacto das Mudanças Climáticas em Ambientes Naturais e Distintos Setores Sociais e Econômicos

Qualidade ambiental nas cidades e no campo



OBJETIVO GERAL

Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Qualidade ambiental nas cidades e no campo



PLOA 2024 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| | |
|---|-------------------|
| 10TT - Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina | 495.000 |
| 21A9 - Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental | 17.980.015 |
| 20WH - Controle de Substâncias, Produtos, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais | 3.120.000 |
| 21AB - Avaliação e Gestão de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos para Proteção da Biodiversidade | 1.880.000 |
| 6925 - Licenciamento Ambiental Federal | 5.626.170 |
| | 29.101.185 |

Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil

Aumentar para 8,30% a taxa de resíduos recicláveis secos e orgânicos



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Criar Programa Nacional de Reaproveitamento de resíduos orgânicos
 - ✓ Ampliar para 47,6% a coleta seletiva nos municípios brasileiros
- ✓ Ampliar para 1.000 o nº de organizações de catadoras e catadores cadastrados no SINIR
- ✓ Regulamentar os sistemas de logística reversa
 - ✓ Ampliar para 4,5% a reciclagem de resíduos orgânicos
- ✓ Ampliar para 1.000 o número de organizações de catadoras e catadores apoiadas pelo sistema de créditos de logística reversa

Promover a gestão adequada de substâncias químicas, resíduos perigosos e emergências ambientais, minimizando os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.

Ampliar para 30.000 a quantidade de substâncias químicas perigosas destinadas de forma ambientalmente adequada



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Controle do uso e redução do consumo de mercúrio metálico no Brasil ampliado
 - ✓ Ampliar o controle dos acidentes ambientais envolvendo produtos perigosos ocorridos em empreendimentos licenciados pelo Ibama
 - ✓ Ampliar para 30.000 toneladas a quantidade de bifenilas policloradas (PCBs) destinadas de forma ambientalmente adequadas.
- ✓ Reduzir a emissão de CO para 1.500 mg/km, em tráfego real para a fase Proconve L-8
 - ✓ Reduzir emissão de NMHC + NOX em 120 mg/km, em tráfego real para a fase Proconve L-8

Promover a qualidade do meio ambiente urbano por meio do apoio aos estados e municípios para aprimoramento da gestão ambiental de forma integrada.

Ampliar em 400 o número de municípios com iniciativas para aperfeiçoar a gestão ambiental municipal de forma integrada



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Programa Nacional para gestão de Áreas Verdes Urbanas - PRONAVU
 - ✓ Zoneamento Ambiental Municipal - ZAM
- ✓ Ampliar para 436 o nº de municípios que cadastraram as áreas verdes urbanas no Cadastro Ambiental Urbano
- ✓ Ampliar em 20 nº de municípios contemplados com ações voltadas à implantação de projetos de agricultura urbana e periurbana, ações de mobilidade urbana sustentável e iniciativas de soluções tecnológicas sustentáveis
- ✓ Sistema Nacional de Áreas Verdes Urbanas – SNAVU
 - ✓ Ampliar em 400 o nº de municípios com iniciativas para a implantação e estruturação de áreas verdes urbanas e na elaboração e implementação de iniciativas de zoneamento ambiental municipal (ZAM)
 - ✓ Promover a gestão integrada de dados para aprimorar o controle federal, distrital e estadual de atividades poluidoras nas cidades e no campo

Ampliar a disponibilidade e integração das informações para a sociedade sobre a qualidade do ar, da água e do solo

Aumentar para 50% a integração das UFs que geram dados de monitoramento da qualidade do ar, água e solo, aos sistemas de monitoramento federais



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Aumentar para 85% a integração das UFs que geram dados de monitoramento da qualidade do ar aos sistemas de monitoramento federais
 - ✓ Ampliar em 10.000 n° de alunos capacitados sobre gestão da qualidade do ar
 - ✓ Realizar projeto piloto para avaliação de ocorrência de uso de agrotóxicos em matrizes ambientais
- ✓ Disponibilizar conjunto de dados de conformidade ambiental e do exercício de atividades potencialmente poluidoras
- ✓ Integrar informações sobre áreas contaminadas produzidas em UFs em um sistema federal

Fomentar a proteção, defesa e bem-estar animal, com vistas à conscientização, prevenção e combate a práticas prejudiciais aos direitos animais, à biodiversidade e ao meio ambiente

Ampliar para 40% municípios brasileiros com ações ou instrumentos da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-estar e Direitos Animais



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ **Consolidação do Código de Proteção, Defesa, Bem-estar e Direitos Animais**
 - ✓ **Elaboração do Programa Nacional de Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos**
- ✓ **Ampliar para 40% municípios brasileiros com ações ou instrumentos do Programa Nacional de Manejo Populacional de cães e gatos realizados**
 - ✓ **Disponibilizar 16 ações de capacitações para atores que atuam na elaboração e implementação de políticas públicas de proteção, defesa, bem-estar e direitos animais**
- ✓ **Elaboração da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-estar e Direitos Animais**
 - ✓ **Ampliar para 40% municípios que realizem adesão ao SICAD - Sistema de Identificação, Controle de Animais Domésticos**
 - ✓ **Ampliar as 13 UFs que realizem a adoção de planos de contingência de desastres, abrangendo a proteção de animais**

Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade



OBJETIVO GERAL

Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade



PLOA 2024 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| | |
|---|--------------------|
| 20VP - Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde | 155.000.000 |
| 21F1 - Desenvolvimento da Bioeconomia | 4.705.610 |
| 21F2 - Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares | 14.136.286 |
| 00UD - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente | 4.893.393 |
| | 178.735.289 |

Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade

Ampliar para 1.000 o número de negócios de bioeconomia de associações, cooperativas e empresas apoiados. (Empresas, start-ups, associações, cooperativas e empreendimentos de agricultores familiares e Povos e Comunidades Tradicionais; Academia e Instituições de Pesquisa; Famílias beneficiárias de UCs e comunidades de pescadores artesanais.)

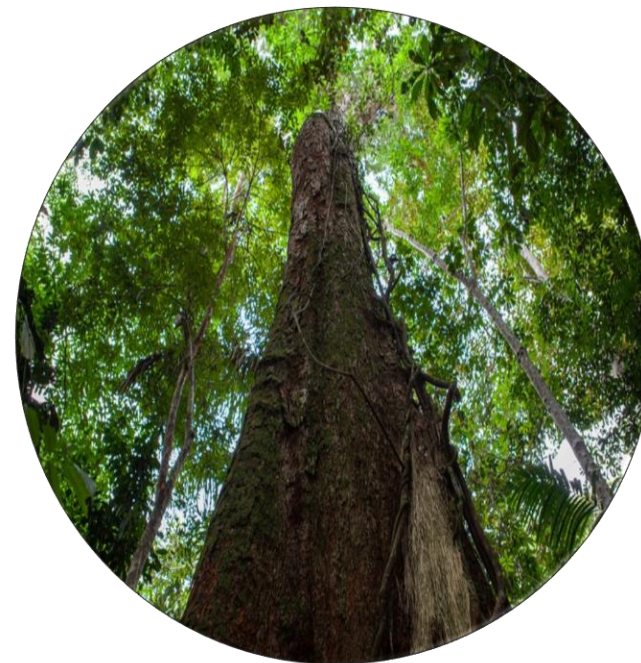


Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Elaboração da Política e Plano Nacional de Bioeconomia, com o estabelecimento de sua governança.
- ✓ Regulamentação da Lei 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.
- ✓ Cadastrar projetos 100 de Pagamentos por Serviços Ambientais em cadastro nacional a ser desenvolvido sob coordenação do MMA.
- ✓ Fomentar 40 empreendimentos atuarem em cadeias de valor florestal.
- ✓ Publicar 133 editais de delegação e/ou parceria para implementação de serviços de apoio à visitação

Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais

Ampliar para 5.288.000 de hectares a área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais.



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Regulamentação de pontos da Lei de Gestão de Florestas Públicas - LGFP decorrente das alterações trazidas pela Lei 14.590/2023
 - ✓ 15 editais de concessão publicados para delegar ao setor privado o direito de manejar as florestas públicas, mediante pagamento pela produção e serviços ofertados.
- ✓ 4.700.000 m³ em produção de madeira de espécies nativas por meio de concessão do direito de executar o manejo florestal sustentável em florestas públicas federais.

Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

8.000 famílias atendidas com a elaboração e fortalecimento de instrumentos de gestão e assessoria técnica e extensão rural socioambiental



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Reconstrução do Plano Nacional da Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática
 - ✓ Promover a inclusão socioproductiva sustentável de base agroecológica e da sociobiodiversidade atendendo 8.000 famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres.
 - ✓ Atender com turismo de base comunitária 60 comunidades da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.
- ✓ Elaboração do Plano Nacional de Turismo de Base Comunitária
 - ✓ Atender com assessoria técnica e extensão rural, com foco em atividades de base agroecológica, elaboração e fortalecimento de instrumentos de gestão ambiental rural 8.000 famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres.

Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.

Aumentar o cadastro para 92 mil atividades de pesquisa ou desenvolvimento sobre o patrimônio genético.



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Criar Rede de Instituições Nacionais parceiras de usuários internacionais
 - ✓ Elaborar e aprovar o Manual de Operações, o Plano Quadrienal e os Instrumentos de Apoio do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, para o pleno funcionamento do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios.
- ✓ Elaborar e implementar o Portal do ABS (janela única de informações aos usuários)
- ✓ Decreto promulgando o Protocolo de Nagoia e a atribuição de responsabilidades entre órgãos de governo.
 - ✓ Elaborar e implementar melhorias no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)
- ✓ Aumentar a notificação para 23 mil produtos oriundos de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.

Atender 120.000 famílias que cumpram aos requisitos de elegibilidade do Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis.



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Novo Decreto do Programa Bolsa Verde
 - ✓ Atender 120 mil famílias que atendam aos requisitos de elegibilidade do Programa Bolsa Verde
- ✓ Apoiar 200 organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais.
 - ✓ Implementar 20 instrumentos de ordenamento ou fomento do uso sustentável dos recursos pesqueiros dulcícolas e costeiros marinhos e com comunidades de pescadores artesanais nas áreas protegidas.
- ✓ Regulamentação de categoria de reserva extrativista
- ✓ Atender 60 mil famílias com assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
 - ✓ Consolidar 40 instrumentos de gestão ambiental e territorial de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultor Familiar
- ✓ Atualizar os instrumentos para o reconhecimento de famílias beneficiárias em 80% Unidades de Conservação (Resex Flonas e RDS) com populações tradicionais.

Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociodiversidade.

Ampliar a área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil para 502.000.000 hectares



Entregas e Medias Institucionais e Normativas

- ✓ Disponibilização do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF
- ✓ Resultados do 1º ciclo do Inventário Florestal Nacional - IFN consolidados e disponibilizados para a sociedade
- ✓ Realizar levantamento ocupacional, parcial ou total, de 75 unidades de conservação para viabilizar acesso a políticas públicas, adequar o uso dos recursos naturais e subsidiar outras ações de gestão.
- ✓ Identificação e disponibilização de informações sobre áreas de ativos e passivos ambientais em imóveis rurais, cujos dados estejam integrados ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), para promoção de cadeias de valor da biodiversidade
- ✓ Quantificar créditos de madeira bloqueados nos Sistemas federais de Controle (SINAFLOR e DOF) por inconsistências de dados e/ou irregularidades na origem

OBJETIVO GERAL

Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

AÇÕES TRANVERSAIS DO MMA

- ✓ Plano de Ação Federal da Zona Costeira
- ✓ Estratégias para prevenção e combate à poluição plástica no oceano.
- ✓ Programa de Gestão de Riscos Ambientais na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).
- ✓ Avaliar o impacto ambiental de 100% das atividades científicas, logísticas e turísticas do Brasil na Antártica.
- ✓ Monitorar 100% os parâmetros ambientais na área de influência da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

OBJETIVO GERAL

Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas.

AÇÕES TRANSVERSAIS DO MMA

- ✓ Regulamentação da Lei 9985/2000 (SNUC), que estabelecem obrigação de contribuição financeira por entidades beneficiadas pela proteção de mananciais em unidades de conservação.
- ✓ Implantação de Sistema de Informações sobre Revitalização de Bacias Hidrográficas
- ✓ Alcançar ampla participação e engajamento na conscientização e mobilização social para a revitalização de bacias hidrográficas
- ✓ Atualização das resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH sobre reuso de água não potável
- ✓ Revisão e implementação de Planos Estaduais de Recursos Hídricos integrados ao planejamento nacional

Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

OBJETIVO GERAL

Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva

AÇÕES TRANSVERSAIS DO MMA

- ✓ Ampliar para 92% a proporção do território nacional com iniciativas de ZEE concluídas

PLOA 2024 - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

| | |
|---|-------------|
| 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 16.515.252 |
| 20TP - Ativos Cíveis da União | 104.366.313 |
| 162G - Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil | 4.000.000 |
| 0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União | 17.941.194 |
| 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 4.939.649 |
| 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 1.060.600 |
| 2000 - Administração da Unidade | 60.507.790 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 1.003.962 |
| 4641 - Publicidade de Utilidade Pública | 1.905.610 |
| 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 3.775.291 |
| 20TP - Ativos Cíveis da União | 23.563.472 |
| 0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União | 13.000 |
| 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 1.051.177 |
| 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 100.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 16.090.771 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 166.572 |
| 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 93.130.531 |
| 20TP - Ativos Cíveis da União | 447.575.514 |
| 0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União | 660.374.416 |
| 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 26.468.072 |
| 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 400.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 212.000.000 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 9.131.762 |
| 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 6.076.642 |
| 20TP - Ativos Cíveis da União | 21.307.794 |
| 0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União | 21.050.666 |
| 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 1.517.223 |
| 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 20.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 26.455.319 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 384.210 |
| 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 58.462.989 |
| 20TP - Ativos Cíveis da União | 267.835.461 |
| 0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União | 120.710.395 |
| 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 13.914.363 |
| 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | 400.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 60.500.000 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 3.263.517 |
| 2000 - Administração da Unidade | 150.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 40.000 |

2.308.169.527

PLOA 2024 - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| | | |
|--|---|-----------------------|
| | 00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 63.000 |
| | 00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 13.000 |
| | 00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 13.000 |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0536 - Benefícios de Legislação Especial | 240.546 |
| | 00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 13.000 |
| | 00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 | 13.000 |
| | | 355.546 |
| | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 197.052.534 |
| | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 27.308.791 |
| 0999 - Reserva de Contingência | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 13.577.945 |
| | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 7.608.899 |
| | 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 59.534.887 |
| | | 305.083.056 |
| | 20VY - Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental | 5.053.874 |
| | 21E4 - Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima | 4.062.244 |
| 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática | 20G4 - Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima | 4.986.243 |
| | 00J4 - Financiamento Reembolsável de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima | 10.424.952.558 |
| | | 10.439.054.919 |
| | 20VP - Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde | 155.000.000 |
| | 21F1 - Desenvolvimento da Bioeconomia | 4.705.610 |
| 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade | 21F2 - Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares | 14.136.286 |
| | 00UD - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente | 4.893.393 |
| | | 178.735.289 |

PLOA 2024 - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| | | |
|--|---|--------------------|
| | 10TT - Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina | 495.000 |
| | 21A9 - Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental | 17.980.015 |
| 1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo | 20WH - Controle de Substâncias, Produtos, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais | 3.120.000 |
| | 21AB - Avaliação e Gestão de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos para Proteção da Biodiversidade | 1.880.000 |
| | 6925 - Licenciamento Ambiental Federal | 5.626.170 |
| | | 29.101.185 |
| 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade | 4909 - Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins | 1.293.200 |
| | | 1.293.200 |
| | 2E87 - Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais | 1.800.000 |
| | 20W2 - Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca | 5.000.000 |
| | 21F3 - Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas | 5.979.466 |
| | 21F4 - Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial | 4.852.805 |
| | 21F5 - Gestão de Florestas | 28.050.000 |
| | 214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias | 65.700.000 |
| | 214N - Controle e Fiscalização Ambiental | 317.850.000 |
| 6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios | 214O - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental | 24.000.000 |
| | 218R - Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental | 4.500.000 |
| | 20WK - Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira | 2.800.000 |
| | 219K - Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro | 5.910.000 |
| | 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais | 219.628.643 |
| | 20WN - Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico | 9.600.001 |
| | 212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) | 1.000.000 |
| | 214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais | 112.700.000 |
| | | 809.370.915 |